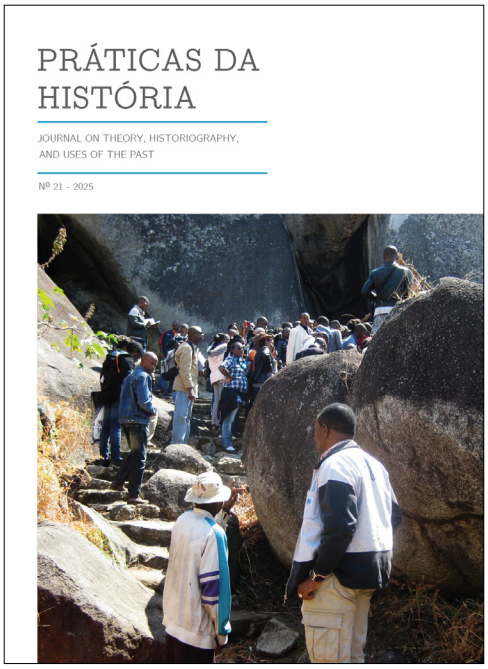


Editorial
História e memória: releitura epistemológica do passado de África em contexto pós-colonial

João Pedro Lourenço
e Maria da Conceição Neto

Práticas da História, n.º 21 (2025): 7-14

www.praticasdahistoria.pt

This journal is funded by National funds through FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., under the projects UID/HIS/04666/2013, UID/HIS/04666/2019, UIDB/04666/2020 (https://doi.org/10.54499/UIDB/04666/2020), UIDP/04666/2020 (https://doi.org/10.54499/UIDP/04666/2020), UID/4666/2025 (https://doi.org/10.54499/UID/04666/2025), UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020, UID/4209/2025 (https://doi.org/10.54499/UID/04209/2025) and LA/P/0132/2020 (DOI: https://doi.org/10.54499/LA/P/0132/2020)

Editorial
História e memória: releitura epistemológica do passado de África em contexto pós-colonial

João Pedro Lourenço
e Maria da Conceição Neto*

O desafio colocado à presente edição da revista *Práticas da História* foi o de discutir, mais uma vez, a tão estimulante quanto problemática relação entre Memória e História, mas colocando o foco no modo como se transmite, nas sociedades e instituições académicas africanas, o conhecimento da História da África.

Como foi mencionado na chamada para artigos, os extraordinários avanços da historiografia *sobre* África e *em* África nos anos 60 e 70 do século XX, correndo paralelamente à contestação e ao fim dos impérios coloniais, não foram acompanhados por um ritmo equivalente de transformação do ensino da História nos países africanos, quanto a teorias, métodos e organização de conteúdos a transmitir. Houve a preocupação de reivindicar o passado histórico africano silenciado durante a colonização, papel assumido por investigadores como Cheickh Anta Diop, Djibril Tamsir Nyane, Amadou Hampâté Bâ, Théophile

* João Pedro Lourenço (jplourenco76@gmail.com). https://orcid.org/0000-0002-4762-9477. Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, Angola; Maria da Conceição Neto (saoneto@yahoo.com). Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola.

Obenga e muitos outros. Uma das formas de alcançar esse objectivo foi através da valorização da História nacional de cada novo Estado independente, uma empreitada desafiante mas ao mesmo tempo usada como símbolo de afirmação identitária e como veículo para a ansiada unidade nacional.[1]

A historiografia africana continuou a avançar nos anos seguintes, à medida que se multiplicavam pólos académicos de investigação e ensino no próprio continente e em universidades europeias e norte-americanas (mais tarde, também asiáticas), colocando a História de África lado a lado com as de outras regiões do mundo, retirando-a progressivamente do lugar periférico e exótico que por muito tempo lhe fora atribuído.

Passadas várias décadas, porém, mantém-se a distância entre o esforço "descolonizador" na produção historiográfica, com algum sucesso, e o modo como a História é ensinada aos jovens africanos, reflectindo ainda uma visão eurocêntrica da História da humanidade, seja na periodização ou na selecção dos temas mais relevantes. No geral, a História de África continua a ser estudada de forma fragmentada, com pouco destaque para as suas conexões com a História mundial, na qual só aparece plenamente integrada com (em consequência de) a expansão europeia e a posterior colonização. Apesar da já clássica referência ao continente como "berço da humanidade", são ainda correntes narrativas que não têm em conta a profundidade temporal da História africana, a sua relação milenar com outros espaços e a diversidade de situações históricas antes, durante e depois da exploração colonial europeia. Igualmente prevalecem periodizações inadequadas e eurocêntricas, seja para a História mundial (a já muito criticada divisão das quatro "Idades") seja para a História de África: percebemos o problema quando, em materiais didácticos (e não só), tudo se articula em torno do "colonial", contrapondo-se um "período colonial" (de apenas algumas décadas na maior parte do continente) a um "período pré-colonial" correspondente a milénios de História. Os louváveis esforços da UNESCO foram importantes mas insuficientes para vencer a dependência africana em

1 Ibrahima Baba Kaké, *Combats pour l'histoire africaine* (Paris: Présence Africaine, 1982), 25-34.

relação ao exterior (sobretudo dos antigos países colonizadores) no que se refere à produção de conteúdos didácticos e de meios de ensino da História, do nível básico ao nível universitário.[2]

Apesar de, num contexto de grande diversidade tanto linguística como de tradições académicas, ser difícil uma observação mais ampla e abrangente, é importante conhecer melhor o que se passa em diferentes países africanos, a nível das academias mas também de outros espaços onde memória social e História se confrontam, e como nessa realidade interferem factores políticos, ideológicos, económicos e linguísticos. No caso das antigas colónias portuguesas, que celebraram em 2023 e 2025 os 50 anos das suas independências, há factores adicionais, como o fim mais tardio do domínio colonial e o atraso da historiografia sobre África que se verificou até décadas recentes nos países de língua portuguesa, tanto em Portugal quanto no Brasil. Apesar dos progressos actuais, a maior parte da bibliografia fundamental para o estudo da História do mundo, e do continente africano em particular, não está disponível em língua portuguesa.

Este número especial da *Práticas da História* pretendeu reunir contributos, referentes a contextos africanos coloniais e pós-coloniais, que explorassem, questionassem e/ou reflectissem sobre aspectos da relação entre o discurso histórico validado por instituições científicas e outras formas de memória social e colectiva, geralmente ignoradas nas instituições de ensino, apesar da sua importância social. Em que medida terá sucesso uma revolução epistemológica capaz de abarcar diferentes formas de conhecimento histórico, endógenas ou incorporadas nas sociedades africanas a partir de diversas influências, sem renunciar aos fundamentos metodológicos essenciais da historiografia, é uma questão a que só o futuro dará resposta.

Na abordagem aqui trazida pelos vários autores, percorrendo diversos espaços do continente (ocidental, oriental e austral), também se

2 A título de exemplo, a UNESCO desenvolveu os projectos *História Geral de África* (1964-1999), *Rota do Escravo* (1994) e *Uso Pedagógico da História Geral de África* (2009). Também realizou, entre muitas outras, a conferência "Integrating the General History of Africa into School Curriculum" (2021).

discute o modo como memória, História e as políticas contemporâneas dos Estados nacionais africanos se cruzam nos espaços de debate e de produção de conhecimento, no continente e fora dele. Igualmente se reflecte sobre a penetração e o impacto na historiografia das humanidades digitais e as possibilidades e dificuldades, no contexto africano, de articulação do ensino da História com o mundo da informação digital. Os textos permitem analisar o lugar e contributo da historiografia e do ensino da História na construção da memória em África, considerando a relação múltipla entre as construções dos discursos historiográficos, dos espaços públicos e da esfera pública. Percebe-se a importância das políticas de construção de arquivos, bibliotecas públicas e outras infraestruturas, bem como de constituição, divulgação e condições de acesso a fundos e colecções, condição de democraticidade dos processos de construção de memórias públicas, com impacto na própria afirmação dos direitos de cidadania e dos direitos humanos em geral. Finalmente, trata-se de reconhecer a utilização do passado (conhecido, imaginado, manipulado) por diferentes actores sociais (partidos políticos, sindicatos, igrejas, grupos e movimentos sociais, indivíduos e colectivos de cidadãos ou outros) como lugar de confrontação, contradição e legitimação.

O artigo intitulado "Cyber Griot: From Oral Tradition to Digital Reconstruction", da autoria conjunta de Gourab Chatterjee e de Mukulika Dattagupta, é o primeiro de uma série de cinco textos. Nele é apresentado o programa informático *Griot*, designação inspirada nos detentores da tradição oral das comunidades da África Ocidental, que incorpora inteligência artificial para a criação de textos literários com base na História Oral. O programa, enquanto ferramenta digital, foi usado no projecto *Living Liberia Fabric*, que se destina a produzir narrativas para a memória colectiva sobre a guerra civil da Libéria. Conscientes das ambiguidades do uso da IA, os autores questionam se experiências como esta são efectivas para preservar a História ou se acabam por reforçar pontos de vista dominantes.

No segundo artigo, "Chinua Achebe: entre a Nigéria pré-colonial e as reimaginações do passado igbo", Luiz Henrique Costa de Santana

e Imara Bemfica Mineiro nos mostram como a narrativa literária é usada para questionar e reformular a forma como o passado daquela comunidade é apresentado em termos de organização social, de valores éticos comunitários e de espiritualidade. Com base em duas obras clássicas do consagrado escritor nigeriano e metodologicamente apoiado nas propostas de Edward Said, Valentim Mudimbe e Achile Mbembe, o artigo mostra como a literatura africana é um elemento importante para a preservação e valorização da memória colectiva das comunidades, no caso particular da Igbo, para a construção do saber histórico do continente com o objectivo de dar visibilidade e voz aos invisibilizados e silenciados.

No artigo "Entre a mirada colonial e o discurso humanista: a representação visual de Etíopes pelas lentes ocidentais", de Henrique Germano Etges, apresenta-se uma questão recorrente na historiografia visual sobre África: a construção do homem africano (da imagem da pessoa africana em geral) através do olhar do colonizador. O autor estabelece uma comparação entre as fotografias feitas na Etiópia no século XIX no âmbito da chamada "mirada colonial" e as feitas no século XXI, que designa como discurso humanista, e procura diferenciar os dois modelos na forma de narrar o povo etíope, por meio de construções teóricas e epistemológicas sobre o assunto. O estudo de caso é a Etiópia, mas o tema é perfeitamente extensivo a qualquer espaço colonizado de África, onde o sujeito africano é apresentado sempre de forma subalternizada. As consequências dessa forma de representação ainda estão presentes em muitas práticas dos nossos dias, o que o autor chama de "persistência de dinâmicas de exotização e de construção de uma alteridade intemporal, voltada ao consumo ocidental".

O texto de Victor Evangelista Santos e Evander Ruthieri Saturno da Silva, intitulado "Revisitando o passado colonial e suas margens: memória e *escrevivência* em Tsitsi Dangarembga", analisa o modo como o trabalho literário e ensaístico da escritora zimbabueana funciona como instrumento reformulador para olhar a História africana, interrogar a narrativa dominante e apresentar outros e novos protagonistas, principalmente as mulheres. Ancorada no binómio História e Literatura,

na crítica documental e nos aportes teóricos de vários estudiosos, o texto incorpora conceitos de "memórias subterrâneas" e "escrivivências" e mostra como a escrita literária e académica de Tsiti Dangarembga reinterpreta o passado colonial, questiona os postulados nacionalistas e pós-coloniais e mobiliza para novas formas de olhar a construção do saber histórico do Zimbabué.

No quinto texto, "O poder da voz: para uma etnografia de reparação do passado colonial guineense", Ana Temudo entra no debate sobre a restituição dos bens culturais africanos levados ilegalmente durante o período colonial, tendo como exemplo o caso da Guiné-Bissau e Portugal. O texto resulta de um trabalho de investigação em unidades de informação da Guiné-Bissau em que se apresentam o conteúdo dos acervos ou as dificuldades em termos de infraestruturas e de recursos humanos que as mesmas enfrentam para a preservação e valorização do património cultural do país. Apresenta um inquérito que foi realizado sobre a percepção que os entrevistados têm da importância dessas instituições e sobre o retorno dos bens culturais ilegalmente retirados no período da colonização portuguesa. Não sendo conclusivo, o texto levanta questões sobre a "perspectiva africanista" no debate sobre a devolução dos bens e propões "alternativas que aceitem a pluralidade de vozes e contextos".

No último texto, "Aline Sitoé Diatta: as lutas pela memória na construção da heroína senegalesa", Paul Diedhiou, Mariana Bracks Fonseca e Papis Comakha Fall explicam a questão da disputa política no Senegal sobre a personagem e a memória da sacerdotisa da região de Casamance, por parte das autoridades locais e por forças independentistas locais. Consagrada como heroína por ambos os lados por causa do seu papel no período da luta anticolonial contra a França, Aline Sitoé é um claro exemplo de como, na etapa pós-colonial em África, as narrativas sobre muitas figuras históricas se converteram em "campo de batalha" no quadro das lutas políticas contemporâneas, principalmente como símbolo de legitimação ideológica. O caso de Aline Sitoé mostra ainda que o debate pós-colonial sobre o retorno não se resume ao património cultural, mas também se alarga ao regresso dos restos

mortais de personalidades da resistência africana vítimas das políticas de desterro das autoridades coloniais.

Finalmente, algumas palavras sobre a imagem da capa e sua relação com a temática desta revista. A foto foi tirada nas rochas de Kandumbu a 30 de Julho de 2013, durante uma visita de estudo a lugares históricos do Huambo, região do Centro de Angola, a cerca de 600 quilómetros de Luanda. A viagem, organizada pelo Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais (Universidade Agostinho Neto, Luanda) visava permitir o contacto directo com marcas do passado colonial (século XX, no caso daquela região) e também do período anterior a ele. Kandumbu é um local emblemático da resistência à conquista colonial, que ali terminou com os combates de 18 e 19 de Setembro de 1902, parte da campanha militar que, a pretexto da repressão da "revolta do Bailundo", conquistou regiões do planalto ainda autónomas. Fortaleza natural, reforçada com paliçadas fortes e beneficiando da proximidade de um curso de água, permitia o refúgio de combatentes e da população das aldeias vizinhas. A sua posição estratégica dominava o planalto em redor, dificultando qualquer ataque inimigo. Nos meados do século XX, os colonos portugueses do Huambo ali celebravam, anualmente, a "sua" vitória sobre um dos mais difíceis redutos da resistência africana. Uma coluna em pedra, evocativa da vitória portuguesa, permanece no alto dos rochedos, ao lado de uma placa já colocada em anos mais recentes, assinalando o lugar como centro de resistência anticolonial. Contudo, Kandumbu é pouco reclamado pelas celebrações e pela historiografia pós-independência. Logo a seguir à independência, na onda de africanização de nomes das instituições, Ndala Kandumbu (o chefe africano morto em 1902) foi o nome atribuído a uma importante escola secundária do Huambo, substituindo o nome colonial. Mas pouco tempo depois, a escola recebeu outro nome, na sequência de acontecimentos políticos do pós-independência. O relativo "apagamento" de Kandumbu das narrativas mais comuns sobre a campanha portuguesa de 1902 reflecte circunstâncias da História de Angola independente. Por um lado, durante as guerras pós-independência, a militarização do local, pela sua ímpar posição

estratégica, tornou-o inacessível a visitas e a celebrações; por outro lado, a centralidade actualmente dada ao Mbalundu/Bailundo em tudo o que diz respeito à História da região do Huambo, numa convergência de interesses de chefias tradicionais do Bailundo e das instituições políticas do Estado, dificulta e remete para uma posição subalterna o conhecimento/reconhecimento de outras antigas entidades políticas e seus locais históricos. Vemo-nos assim perante uma situação, que não é invulgar nos países africanos, em que um lugar de inegável valor para a memória da resistência anticolonial acaba por ser mais conhecido a partir dos registos deixados pelo colonizador do que com base no trabalho de resgate de memória (institucional ou privado) dos herdeiros dos colonizados. As visitas de estudo de estudantes e professores, quando não cedem ao "passeio turístico", estimulam a discussão dessa e de outras questões envolventes, associando o impacto emocional da presença num local carregado de história à consciência da necessidade de rever a própria História (escrita ou narrada).

Esperamos que este número da revista abra caminho para mais reflexões sobre todas estas questões.

Referência para citação:
Lourenço, João Pedro e Maria da Conceição Neto (2025). "História e memória: releitura epistemológica do passado de África em contexto pós-colonial". *Práticas Da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (21), 7-14. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n21.46027